



AGRICULTURA EM VILAS RURAIS, UM ENFOQUE ERGONÔMICO: PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL, SUSTENTABILIDADE E NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO.

José Mohamud Vilagra (UFSC)
vilagra@fag.edu.br

Ailton Barbosa (UFSC)
barbosa@joinville.udesc.br

Antônio Renato Pereira Moro (UFSC)
moro@cds.ufsc.br

Claudia Helena Rodrigues Brisolla Vilagra (UFSC)
vilagra@pop.com.br

Leda Paes Walcker (FAG)
leda@fag.edu.br

Helenara Salvati Bertolossi Moreira (FAG, UNIOES)
helenara@fag.edu.br

O presente estudo é de caráter epidemiológico e sócio-econômico referente a trabalhadores de vilas rurais da região oeste do estado do Paraná. A pesquisa foi desenvolvida em três vilas rurais e teve por objetivo a identificação do perfil dos trabalhadores rurais em vilas rurais, a identificação das condições de trabalho e de sobrecarga física decorrente da atividade laboral. Fizeram parte da pesquisa quarenta e seis (46) proprietários de lotes de terra de três vilas rurais. Foram constatadas que 78% se dedicam exclusivamente a atividades rurais, porém 42% relatam ter outro emprego como forma complementar de renda contrariando o princípio da sustentabilidade.

Palavras-chaves: Agricultura, sustentabilidade, vila rural, condições de trabalho.

1 Introdução

A agricultura atual para ser melhor compreendida precisa ser contemplada desde a forte expansão do capitalismo entre 1848 a 1873, onde era dominada pela superioridade do “*high farming*”, termo que denotava a nova onda tecnológica que descaracterizou as pequenas propriedades camponesas, culminando com o sistema dito patronal onde um capitalista arrendava terras de algum nobre e contratava multidões de assalariados que executavam o trabalho na terra.

O governo Japonês resistiu as teses correntes da época, porém encontrava-se isolada nesta convicção.

O fenômeno, porém, foi passageiro e nos 22 anos que ficaram conhecidos como “a grande depressão”, o cenário foi transformado e invertido.

O campesinato, outrora esquecido, voltou a ter lugar na história da agricultura.

Nos dias atuais nos USA, grande potência econômica, há predominância da agricultura familiar, sendo que as corporações patronais constituem uma exceção. O Japão praticou o quase confisco de 1/3 da área agrícola e a transferência quase gratuita a 4 milhões de famílias. As elites governamentais mundiais não demoraram a perceber os prejuízos causados pelas oligarquias fundiárias e as enormes desvantagens econômicas e sociais da agricultura patronal e adotaram desde o início do século XX políticas agrícolas que favorecem a afirmação da agricultura familiar.

Este perfil já não pode ser atribuído ao Brasil que seguiu caminho inverso, através da tolerância com a oligarquia fundiária e favorecimento da agricultura patronal.

Porém, existem algumas iniciativas louváveis que tentam imprimir a nossa nação uma nova visão referente a agricultura no país que poderá contribuir no combate a degradação dos agroecossistemas, a promoção de práticas mais adequadas que viabilizam a preservação dos recursos naturais e o fornecimento de alimentos mais saudáveis à população brasileira: a agricultura familiar.

No Brasil este novo enfoque iniciou-se em 1995 no estado do Paraná com a criação do programa de vila rural. O programa beneficia trabalhadores rurais que não tinham moradia e trabalho. O trabalhador recebe através do programa um lote de 5 mil metros de áreas férteis com moradia e instrumento de trabalho.

A experiência tem apontado como sinalizador de solução para um dos problemas sociais brasileiros: a falta de moradia e condições de vida digna aos trabalhadores rurais volantes.

O trabalho agrícola tem características particulares como a multiplicidade de tarefas, a exigência de esforço físico no transcorrer da jornada de trabalho, e a exposição a intempéries climáticas e também a necessidade da adoção de posturas de constrangimento físico (GEMMA, 2004). As associações destes fatores de risco ocupacionais favorecem a perda da integridade da saúde e também levam a alterações no desempenho funcional do agricultor, distúrbios posturais compensatórios e a curto ou longo prazo podem levar ao afastamento do trabalho. Estas características desfavoráveis do trabalho agrícola são também abordadas por IIDA (1990) que afirma que o trabalho agrícola apresenta um conjunto de riscos ocupacionais de gravidades variáveis. De acordo com o decurso da atividade de produção o sinal de maior risco ocupacional do trabalho agrícola, diz respeito as posturas

inadequadas adotadas durante sua jornada de trabalho, sendo esta, longa e árdua, compondo um conjunto de atividades que exigem esforços físicos contínuos que decorrem do envolvimento do corpo do trabalhador, de sua ocupação e de seu ambiente de trabalho, onde más posturas, temperaturas elevadas ou muito baixas, expõem o trabalhador agrícola a possibilidade do aparecimento de distúrbios osteomusculares a curto e a longo prazo.

Estes são alguns desafios apresentados a ergonomia em vista da diversidade e pluralidade de tarefas que esta atividade apresenta. Um trabalho de ergonomia deve preocupar-se com a qualidade de vida do trabalhador, com o envelhecimento funcional precoce relacionado a fatores estressantes. A tecnologia precisa ser repensado para nossa realidade. É preciso definir programas de intervenção para melhorar o rendimento do trabalho e a qualidade de vida. E necessário buscar alternativas para acompanhar as mudanças no mundo do trabalho. O social e a pesquisa ergonômica devem caminhar paralelamente. Segundo Dejours (1992) “a produção também é uma função social além de econômica e política”. Diante desta realidade, os pesquisadores foram a campo identificar o perfil sócio-econômico-cultural do micro produtor rural (vileiro), bem como as inadequações nas condições de trabalho, constrangimento postural característico da realização das tarefas, a fim de se subsidiar estratégias de ação viabilização do trabalhador rural no campo.

2 Metodologia

As investigações foram realizadas em três vilas rurais: nos municípios de Cruzeiro de Oeste, Serra dos Dourados e Distrito de Lovat (todas na região oeste do Estado do Paraná). Foram entrevistados quarenta e seis trabalhadores sendo abordadas as características do perfil sócio-econômico-cultural, as condições de trabalho; as exigências físicas da atividade, bem como as principais posturas de constrangimento postural e sua relação com a atividade laboral.

Os dados foram coletados, no período de maio a novembro do ano de 2003, através de fonte primária, após assinatura de termo de livre consentimento e esclarecimento. Duas foram as etapas, a **primeira** destinada a caracterização sócio-econômico-cultural dos participantes da pesquisa, através de entrevista individual com aplicação de questionários estruturados com 17 perguntas fechadas. Na **etapa seguinte** foram realizados acompanhamentos das atividades *in loco*, dos vileiros que no período estavam desenvolvendo atividade agrícola ou dariam início a mesma. As visitas não eram previamente agendadas e aconteciam durante a jornada de trabalho, nas diferentes etapas do processo produtivo, com intervalos máximo de quinze dias e mínimo de sete dias.

Os dados obtidos foram tabulados pelo programa Word excel 2000 e as imagens foram analisadas com o auxílio do programa coreDRAW 10.

3 Resultados e Discussão

Os dados do levantamento sócio demográfico apontam que há um equilíbrio entre os trabalhadores do sexo masculino (43%) e do feminino (57%). Sendo que 71% dos trabalhadores apresentavam idade inferior a quarenta e seis anos de idade, ou seja, uma população considerada bastante jovem. Estes dados diferem parcialmente dos mesmos indicadores encontrados em uma pesquisa realizada na Turquia (BUDAKA,2005), pois, o

contingente de trabalhadores do sexo masculino apresentavam uma faixa etária média de 51,4 anos e as mulheres de 38,9 anos (Figura- 1). Isto favorece a Previdência Brasileira já bastante onerosa, para o Estado, pois segundo estudos realizados na Polônia há maior frequência de acidentes com trabalhadores rurais com idade superior a 45 anos.

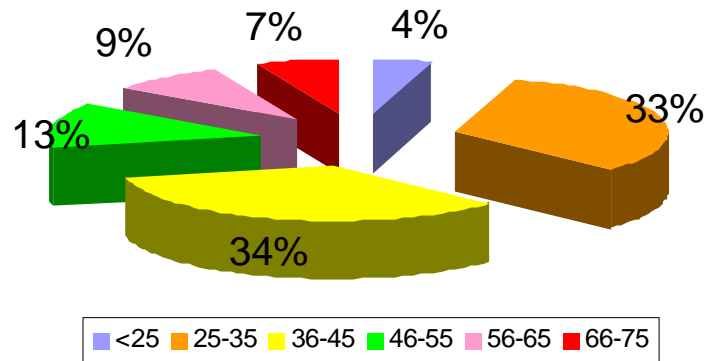


Figura 1- Faixa etária dos vileiros

Da população participante da pesquisa 83% relataram saber ler e escrever e 17% não. E que 71,73% das famílias moradoras de vila rural da região oeste do Paraná, são compostas por no máximo quatro pessoas (Figura - 2), não diferindo da tendência verificada nos centros urbanos contrariando um dado histórico de famílias rurais numerosas a décadas anteriores que significavam grande potencial de mão de obra. Estes dados sinalizam as mudanças sócio-culturais das últimas décadas, mas também revelam a necessidade de adequações a nova realidade do homem do campo e a necessidade de investimento em tecnologia usada com sabedoria e sensatez, pois segundo Paulo Netto (1996) os avanços tecnológicos que trouxeram um discurso de libertação do homem oprimido pelas tarefas rotineira, na prática ocorre uma contradição ao continuar escravizando este homem.

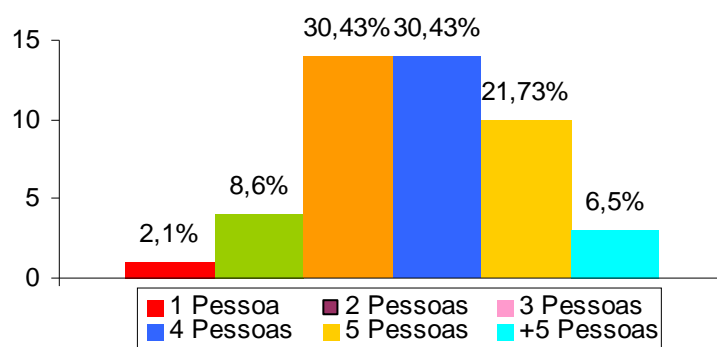


Figura 2 – Número de pessoas por família

Quando analisado o sustento da família e sua relação com as atividades desenvolvidas nos lotes de terra 83% afirmaram que as atividades agrícolas desenvolvidas no lote eram suficientes para o sustento da família. Porém foi constatado que 47,8% destes trabalhadores tinham dupla jornada de trabalho e que destes 18 eram mulheres e nove homens, sendo que todas as mulheres trabalhavam como secretárias do lar e cinco dos nove homens trabalhavam em atividades rurais. As mudanças sócio-culturais decorrentes da globalização da economia

criaram uma nova realidade nas comunidades urbanas e rurais trazendo novos hábitos, novas necessidades e novas exigências. Possivelmente esta seja uma das justificativas para o percentual de trabalhadores com dupla jornada de trabalho. Isso vem confirmar a necessidade de promover a agricultura familiar de modo estratégico viabilizando a sustentabilidade. É necessário, mesmo com um século de atraso, dar continuidade a projetos políticos que permitam o desenvolvimento das unidades de agricultura familiar, rompendo com a superioridade da agricultura patronal. Segundo o IBGE (1985), a agricultura familiar resistiu apesar da opção política de favorecimento a agricultura patronal.

Quanto a carga horária diária nas atividades de trabalho constatou-se que 93,48% trabalham até oito (8) horas diárias e que apenas 6,52% trabalham dez (10) ou mais horas por dia nas atividades agrícolas. Estes números confrontados com os encontrados com trabalhadores da Turquia mostra que estes trabalhadores tem um maior tempo de atividade de trabalho diária em média de 12,8 horas diárias, porém a maior parte do tempo as mulheres se dedicam a lida com pequenos animais e a confecção de artefatos da pele dos animais (BUDAKA,2005).

Durante o acompanhamento das atividades constatou-se uma grande diversidade de tarefas fato amplamente abordado pela literatura e apontado pelos autores como sendo uma das grandes dificuldades na adequação das condições de trabalho ao trabalhador rural. Akcaoz (2005) e Gemma (2004) chamam a atenção para a grande variabilidade de cultivos; mas apontam a carência de apoio e suporte técnico, a não adequação do ferramental e a falta de tecnologia adequada como um dos grandes problemas do setor rural o que segundo este, os fatores mencionados direcionam os trabalhadores agrícolas a trabalhar na base da tentativa e erro.

Do total de trabalhadores participantes da pesquisa 80% apresentavam queixa de dor durante o trabalho e 65% relacionavam o sintoma com uma atividade específica do trabalho e a movimentos específicos. Deste percentual 50% identificaram o movimento de flexão e extensão de tronco como sendo o causador de desconforto durante a atividade laboral; 21,73 identificaram os movimentos de flexão e extensão de ombro; 13% a flexão de joelho e 10,86% os movimentos de flexão e extensão do punho (Figura - 3).

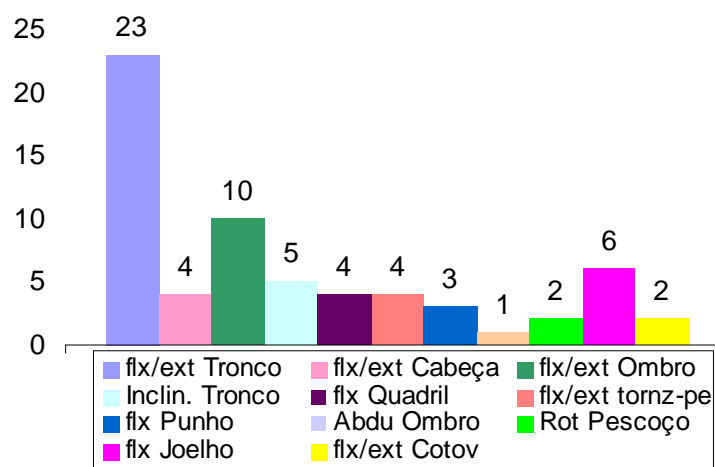


Figura 3- Movimentos que causam dor

A coluna lombar foi a principal região de dor relatada pelos trabalhadores sendo

apontada por 56,52%. Outras regiões com maior incidência de relato de dor foram: joelho 07; coluna cervical 05 e tornozelo e pé 04. A adoção da postura agachada para a realização do trabalho agrícola também foi identificada durante o acompanhamento dos trabalhadores rurais em suas atividades, causando dor na coluna lombar e joelhos. Esta postura foi analisada por Chung (2003) durante a realização de diversas atividades de trabalho, inclusive o cultivo e colheita de hortaliças e segundo o autor a adoção da postura por mais de seis minutos causa desconforto, sendo recomendada apenas por curtos períodos de tempo e em seu estudo foi apontada como causa de disfunções osteomusculares relacionados ao trabalho.

Com a realização do trabalho de campo foi confirmada a expectativa do trabalho em micro propriedades, igualando-se a propriedades rurais de maior porte no que diz respeito a diversidade de tarefas e exigência física, manutenção de posturas e sobrecarga física. No caso particular das micro propriedades foi verificada a ausência de recursos tecnológicos. Possivelmente estas características contribuíram para que a incidência de dor fosse superior as encontradas em pesquisas realizadas com trabalhadores rurais da Califórnia da Índia, da Malásia (BUDAKA, 2005).

Segundo Domenico (1999), a ergonomia é mais voltada para efeitos práticos do que a aspectos teóricos. Em conformidade com o autor acredita-se que a ergonomia é uma grande aliada do trabalhador rural da agricultura familiar, pois como todo brasileiro é criativo e precisa de ferramentas corretas para colocar sua criatividade em prática. Domênico (1999) afirma que as profissões do futuro serão aquelas com características de criatividade científica e artística pois os trabalhos mecânicos tendem a desaparecer com a automação.

4 Considerações Finais

Apesar da grande representatividade econômica que a agricultura familiar pode representar ao país o conceito ainda imaturo da sustentabilidade tem colocado em risco projetos que poderão a longo prazo reverter nosso conceito de país em desenvolvimento e conter prejuízos a nossos recursos naturais.

A ergonomia que desde sua criação vêm ampliando sua visão compreendendo que o homem o trabalho e a produtividade fazem parte de uma sociedade de um todo vêm buscando a conscientização dos fatores sociais e culturais para encontrar um equilíbrio valorizando o homem.

5 Referências

- AKCAOZ, H.; OZKAN, B. **Determining risk sources and strategies among farmers of contrasting risk awareness: A case study for Cukurova region of Turkey.** Journal of Arid Environments 62 (2005) 661–675
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Atualização Clínica dos Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho – DORT.** Brasília, DF, 1997. seção 1.
- BRASIL. **LEI Nº 8.171** de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Brasília 17 de janeiro de 1991. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10/04/2007.
- BUDAKA, D.B.; DARCANB, N.; KANTARA, M. **Women farmers and extension services in small ruminant production in mountain areas of Turkey.** Journal of Arid Environments. n. 62, p. 507–515, 2005.
- CHUNGA, M. K.; LEE, I.; KEEC, D. Effect of stool height and holding time on postural load of squatting postures. **International Journal of Industrial Ergonomics** n.32, p. 309–317, 2003.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho:** estudo da psicopatologia do trabalho, 5 ed, São Paulo: Cortez, 1992.

GEMMA, S. F. B. **Aspectos do trabalho no cultivo orgânico de frutas: uma abordagem ergonômica.** Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em engenharia agrícola) Universidade estadual de Campinas.

IIDA, I. **Ergonomia: Projeto e Produção.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Edgar Blucher, 1990. p.465.

IBGE. **Censo agropecuário.** Rio de Janeiro: 1985.

PAULO NETTO, J. **Transformação Societárias e Serviço Social** : notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade, (50), São Paulo: Cortez, 1996. P. 87 – 132.